

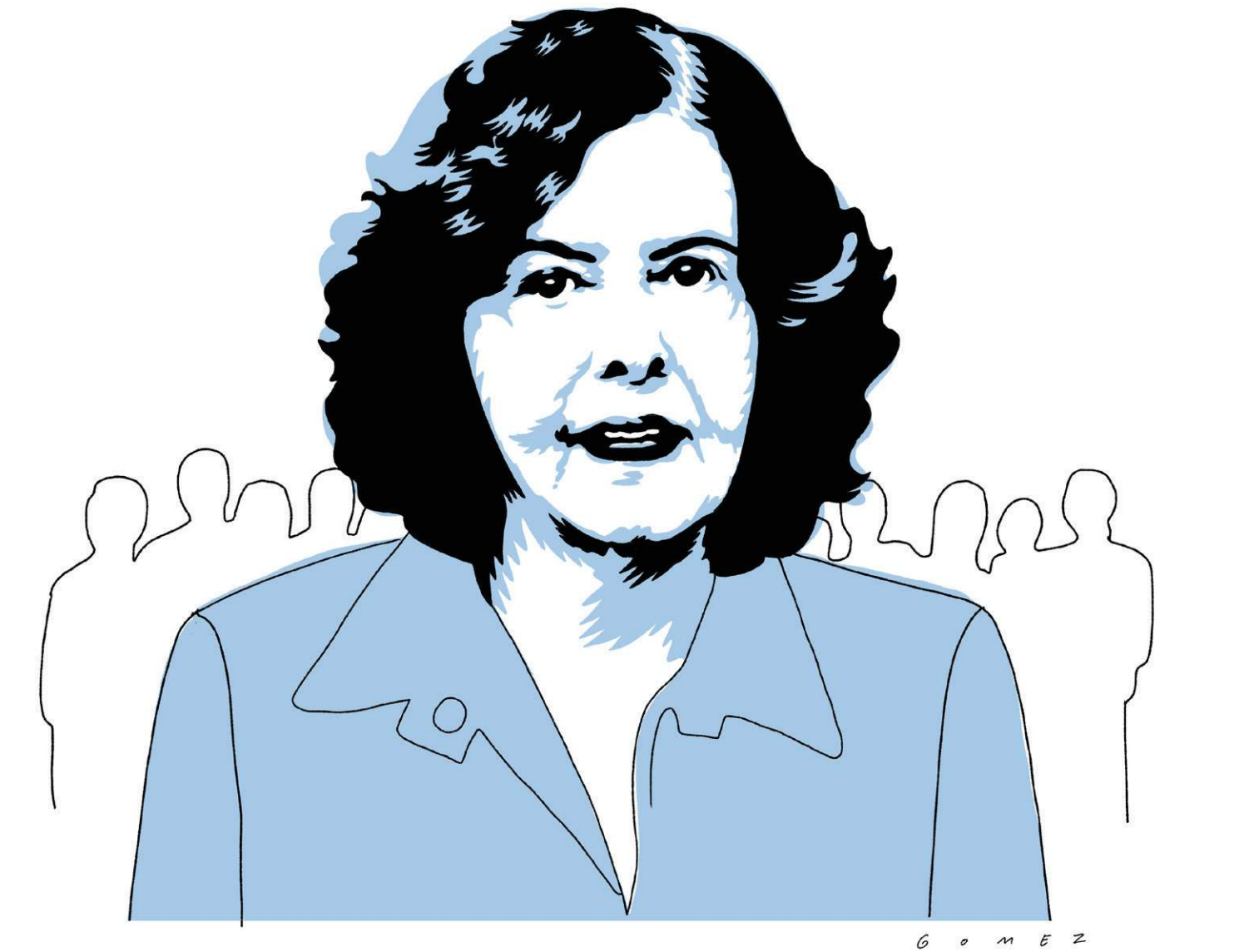
Enila Chagas



» SERGIO DAYRELL PORTO
Professor emérito da
Universidade de Brasília

Fiquei sabendo do falecimento da doutora Enila Chagas, por duas mensagens no WhatsApp: uma mensagem escrita de Tânia Martins, nossa podóloga, e um telefonema de sua filha, Helena Chagas, jornalista, minha ex-aluna na UnB. Maio de 2023, há dois anos e meio, foi a última vez que fui à casa da doutora Enila, pois os seus atendimentos estavam sendo feitos em sua casa, no escritório de seu marido, o jornalista e professor Carlos Chagas, falecido há 8 anos. Gostava de ir lá, na QL 8 do Lago Sul, bem perto do conjunto Gilberto Salomão, e a Helena me repetia que eu fui o último cliente de sua mãe. Eu ainda acrescentava, talvez o mais longo. Ali, o estacionamento era fácil, ou então meu filho André ou meu neto me levavam e buscavam. Meu neto Matheus, ao me esperar, dizia que as consultas demoravam muito, eu lhe respondia que não se faz terapia com sofreguidão. Antes disso, as consultas eram num edifício comercial da QI 3 do Lago Sul, onde o atendimento nos oferecia amplos espaços de estacionamento. Nos meus registros do celular, em setembro de 2020, há 5 anos, o atendimento da doutora. Enila se fazia ali, num prédio onde funcionava embaixo o laboratório Pasteur.

Caio Gomez



G O M E Z

Um ministro trabalhista no STF é indispensável



» VALDIR FLORINDO
Desembargador, presidente
do Tribunal Regional do
Trabalho da 2ª Região (SP)
e presidente Honorário da
Academia Brasileira de
Direito do Trabalho

Vivemos um tempo de transformações profundas. A economia, o trabalho e as instituições estão sendo redesenhados por forças que ultrapassam fronteiras e alteram o modo de produzir, de comunicar e de viver. O que antes parecia distante — a automação, as mudanças climáticas, as novas dinâmicas produtivas — hoje atravessa o cotidiano de cada brasileiro: do agricultor que enfrenta o clima incerto ao motorista de aplicativo que lida com algoritmos invisíveis; da professora que ensina a novas gerações conectadas à empreendedora que transforma a própria casa em espaço de trabalho.

O Brasil sente essas mudanças com intensidade porque é, acima de tudo, um país que trabalha, seja como empregado, seja como empreendedor. É o trabalho que dá forma à nossa identidade e traduz o esforço coletivo que nos mantém de pé em tempos de crise. Nele se revelam as contradições, mas também a força criadora do povo brasileiro, um povo que faz do trabalho um gesto de dignidade e um caminho de liberdade.

O trabalho sempre foi um dos motores da

Mas os meus primeiros contatos como cliente da doutora Enila foram num dos edifícios próximos ao Prontonorte (hoje, Hospital Santa Lúcia da Asa Norte) de 1985 para cá, portanto há 40 anos. Eu e algumas professoras da UnB frequentávamos o seu consultório. Um detalhe sem importância, lutávamos contra nossos ouvidos, para não escutarmos os diálogos que lá se davam. O problema acabou sendo resolvido com uma música ambiente.

Por todo esse histórico, sinto-me convidado a produzir esta narrativa temporal e presencial da vida terapêutica da doutora Enila Chagas, que atuava na linha da gestalt terapia, que, no meu entender, obedecia a uma corrente terapêutica alemã, que se aproveitando das formas arredondadas, melhor, compreensivas, da ocupação de espaços e tempos, possibilita aos psicólogos e clientes penetrarem no azeiro de blindagem do próprio mal-estar. A doutora Enila não cuidava de seus clientes como portadores de uma doença a ser curada, mas como seres humanos compreendidos em determinadas autopercepções temporais e espaciais. Ela se interessava pelo desenvolvimento de cada cliente, em que seus níveis de autoconhecimento pudessem ser alargados, produzindo autoconhecimento e alívio dos problemas de suas vidas. Este método terapêutico buscava o cliente em sua totalidade, vivendo seus problemas atuais, em circunstâncias do momento.

Sempre comentava com as pessoas de minha convivência que a doutora Enila era uma terapeuta inteligente e perspicaz, capaz de captar em detalhes o que atormentava seus

clientes. As suas análises eram bem pertinentes. No meu caso pessoal, vindo de um curso de Phd na Mc.Gill University, Montreal, Canadá, pela intensidade das leituras e pesquisas, podia falar que sofria da ‘síndrome do doutorado’, em que as pessoas ficam trancadas em seus laboratórios e bibliotecas, ressentindo-se bastante do contato externo, com outras pessoas.

Ao se expor fora deste casulo, sofria desse mal do doutorado, comportando-me com medo da vida lá fora. Algo parecido com quando saí do Convento dos Dominicanos, em que, após ter vivido alguns anos em comunidade fechada, as coisas que adivinham aqui fora — dizíamos assim, metiam medo. Mais tarde, esses medos puderam ser identificados pela doutora. Enila como síndrome do pânico. E ela me livrou disso e prestou a mim um bem enorme. Melhor dizendo, ela possibilitou-me que me afastasse desta síndrome, usando meus próprios recursos cognitivos e comportamentais. Ela estando no Brasil, eu em Paris, cursando o pós-doutorado, ela encontrava meios de cuidar de seu paciente, mesmo a distância.

Por fim, extrapolando os rigores das metodologias terapêuticas, as pessoas diziam que a doutora Enila e eu nos tornamos amigos. Ela me recebia em sua casa, dizendo “amigo” — como tem passado, amigo? A gente também conversava sobre a obra do filósofo e hermenêuta francês, Paul Ricoeur. Um dos livros comentados fora “*Le temps et l’oubli*” — *O tempo e o esquecimento*, e comentávamos que a gente esquecia de algumas coisas para criar espaços para nós no lembrarmos de outras.

Brasil precisa acelerar a transição sustentável na agricultura



» JAQUELINE FERREIRA
Diretora de Pesquisa no Instituto Escolhas

JULIANA LUIZ

Gerente de Pesquisa no Instituto Escolhas

Em recente debate realizado pelo **Correio Braziliense** e pelo Instituto Escolhas sobre a transição do modelo da produção de soja no Brasil, ilustres palestrantes, como o então chefe-geral da Embrapa Cerrados, Sebastião Pedro Neto, destacaram como o modelo produtivo da soja — que foi relevante econômica e produtivamente por tantos anos — agora passa pelo desafio de “mudar e mudar rápido antes que o sistema colapse”. A preocupação está diretamente relacionada com o crescimento vertiginoso do uso de insumos sintéticos, que tem impactos sentidos no solo, como o aumento da sua degradação, e no bolso do produtor, diante do achatamento dos lucros, em razão do crescimento dos custos da produção do grão.

Uma das principais razões para esse aumento expressivo no uso de insumos sintéticos na produção da soja é a ampla implementação do plantio direto desassociado de outras práticas de conservação do solo e combinado com o uso de herbicidas sintéticos.

A prática do plantio direto é popular e disseminada entre os produtores de soja no Brasil. Tem, inclusive, até data de comemoração nacional: 23 de outubro. A prática consiste em plantar a semente sem revolver o solo, ou seja, sem precisar arar a terra.

Pode até parecer trivial, mas o plantio direto foi fundamental para o avanço da agricultura no nosso país. O revolvimento do solo gera inúmeros problemas, como erosão, perda de matéria orgânica, prejuízo à infiltração e retenção de água e nutrientes pelo solo, para citar alguns. Essas consequências são ainda piores em solos frágeis como os solos brasileiros.

O problema é que, em grandes áreas cultivadas, como ocorre na soja, não arar a terra pode dificultar o controle das plantas daninhas, que competem por espaço e nutrientes com o grão. Esse risco aumenta se o plantio direto é adotado isoladamente, ou seja, desacompanhado dos demais princípios da agricultura conservacionista (como cobertura permanente do solo e rotação de culturas), o chamado Sistema de Plantio Direto (SPD). E, como um efeito dominó, o descontrole das plantas daninhas passa a demandar pelo maior uso de herbicidas sintéticos.

Estudo recente publicado pelo Instituto Escolhas, em parceria com o Instituto Folia, mostra que, em 30 anos, a área de plantio direto no Brasil cresceu na mesma velocidade do uso de herbicidas sintéticos estimados para a soja, uma taxa média de 11% ao ano. Em 1993, o país tinha 2 milhões de hectares cultivados com plantio direto, 10,7 milhões de hectares de área cultivada com soja e 8,2 mil toneladas de herbicidas sintéticos potencialmente utilizados no cultivo da soja. Em 2023, o país passou a ter 41 milhões de hectares cultivados com plantio direto, 44,5 milhões de hectares de área cultivada com soja e 195 mil toneladas de herbicidas sintéticos potencialmente utilizados no cultivo da soja.

O Instituto Escolhas também foi a campo e entrevistou produtores de soja dos estados do Paraná, Goiás e Mato Grosso. Quando perguntados sobre as práticas de conservação do solo, 100% dos produtores convencionais de soja disseram adotar o plantio direto, mas apenas uma minoria adotava rotação de culturas (31%), diversidade de raízes (23%) ou adubação verde (15%), indicando a adoção do plantio direto fora do SPD. No caso dos herbicidas, que não dispõem de alternativa biológica, foi comum ouvirmos frases do tipo “não vejo como sair da dependência química”.

O aumento de herbicidas provoca graves externalidades negativas para a saúde do solo, como redução da comunidade microbiana e acúmulo de resíduos no solo. Diante desse cenário, deveria o plantio direto isolado, fora do SPD, com potencial de aumentar a demanda por herbicidas (além de outros impactos), ser nossa ambição de sustentabilidade? Você pode achar que não, mas nossa meta nacional até 2030 diz que sim.

O Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, o Plano ABC+, principal instrumento de política pública hoje dedicado à promoção da agricultura sustentável, tem, entre as suas metas o objetivo, de, até 2030, aumentar a área com SPD para produção de grãos em 12,5 milhões de hectares. Contudo, divide a meta em 4,5 milhões de hectares em SPD e 8 milhões de hectares em plantio direto fora do SPD.

Como a produção de soja adota amplamente a prática do plantio direto de maneira isolada, podemos considerar a meta dos 8 milhões até 2030 quase como um crescimento natural da produção do grão. Inclusive, segundo dados do IBGE, a taxa de crescimento da área da soja no Brasil entre 2020 e 2023 era de 6% ao ano, representando um aumento de mais de 7,2 milhões de hectares. Além disso, não há nenhuma meta no plano ABC+ relativa à redução do uso de herbicidas.

O papel de uma política pública tão importante quanto a do Plano ABC+ deveria ser o de acelerar a transição para modelos produtivos mais sustentáveis que, no caso da soja, passa por uma necessária readequação da prática do plantio direto, na direção do SPD. Ou seja, a política pública deveria nos estimular a fazer mais e não “mais do mesmo”. Em um contexto de preocupação compartilhada entre os produtores de soja com a resiliência dos seus cultivos no médio e no longo prazos, sobretudo em razão da evolução dos preços dos insumos e das variações climáticas, é fundamental reconhecer que o que fizemos até o momento, no âmbito da produção de soja, foi muito relevante, nos colocou como líder mundial na produção do grão, mas agora se mostra insuficiente e nos coloca em risco.